

Terceirizados da Ufam sofrem com preconceito e más condições de trabalho

Responsáveis pela limpeza de departamentos e áreas de convivência, os terceirizados da empresa ADAP Serviços de Limpeza Ltda., que atua no campus da Ufam desde 2013, trabalham oito horas por dia, descansam debaixo de árvores ou no chão de salas de aula, e guardam material de expediente e itens pessoais em lugares inadequados. Confira relatos de trabalhadores nesta reportagem especial. **Pág 6, 7, 8 e 9**

ASSISTÊNCIA

Universitárias reivindicam creche e fraldário na Ufam

Página 5

MOBILIDADE

Estudante cria projeto para instalação de bicicletários

Página 4

MEIO AMBIENTE

Campus contribui para redução da sensação térmica em Manaus

Página 10

35ª EDIÇÃO

Foto: Divulgação



Congresso do ANDES-SN define plano de lutas e elege prioridades para 2016

Em tempos de ataques aos direitos dos trabalhadores, professores federais debateram e aprovaram ações, de enfrentamento. **Página 9**



ENTREVISTA

Fechamento de escolas prejudica aprendizado, afirma professora

Página 12

A partir desta edição o Jornal da ADUA passa a contar com uma coluna fixa, como canal direto entre os professores e o sindicato. Neste novo espaço, através da advogada Auxiliadora Bicharra, a ADUA pretende esclarecer dúvidas sobre os direitos dos professores públicos federais, mantendo informações atualizadas sobre as ações coletivas ajuizadas por nossa seção sindical na defesa dos direitos da categoria. Com uma delegação formada por representantes dos campi de Manaus, de Benjamin Constant, de Parintins e de Humaitá, a ADUA esteve presente 35º Congresso do ANDES, no qual a

defesa do caráter público da educação superior, ocupou, uma vez mais, o centro das discussões, pautadas na defesa das condições dignas de trabalho e de permanência estudantil. Nessa mesma linha, cabe registro a demanda por instalações - creches e fraldário - indispensáveis à permanência estudantil das jovens universitárias que necessitam acompanhar os seus filhos e filhas em seus primeiros anos de vida e o projeto de bicicletário que, se efetivado, contribuirá não apenas para a qualidade de vida da comunidade acadêmica, mas para a própria preservação da área verde do Campus Universitário, já tão castigado por inicia-

tivas e ações mal planejadas que em sua maior parte desconsideraram e, até mesmo, agredem esse nosso patrimônio ambiental. Por outro lado, as más condições de trabalho e abusos empregatícios a que estão submetidos os "terceirizados" que, não sendo exclusivos da Ufam, aqui são indistiguíveis. Nesse cenário de crise, a grande esperança é que os novos conselheiros do CONSUNI consigam recuperar o pensar crítico e o poder de deliberação, livre dos atrelamentos de tantas ordens que recentemente amordaçaram a comunidade universitária. Uma nova Ufam, autônoma, é o que precisamos; e o que devemos todos construir.

Notas

Autonomia Universitária

Após 18 anos de luta, os docentes das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba), com o apoio dos discentes, conseguiram revogar a lei 7176/97, que feria a autonomia universitária. Apesar de prevista no acordo firmado em agosto de 2015, como condição para a suspensão da greve docente de 86 dias, a revogação e a promulgação de uma nova lei foi alvo de ataques por parte do governo, que tentou retardar a tramitação e o envio do projeto à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). A revogação da lei esteve presente por anos nas pautas de reivindicações dos professores universitários. A partir da publicação da nova lei, as próprias universidades poderão decidir sua forma de funcionamento e organização, baseadas nas realidades locais. O processo para a modificação do estatuto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), por exemplo, já foi iniciado pela Comissão Estatuante.

Dívidas na UFSM

O cenário de precarização iniciado em 2015 no ensino superior brasileiro promete persistir neste ano. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) inicia 2016 com "restos a pagar" de 2015 que chegam à ordem de R\$ 6,5 milhões. A dívida, que até o dia 30 de dezembro era bem maior, alcançando algo em torno de R\$ 13 milhões, teve uma redução antes do final do ano

passado, após o governo federal repassar recursos. O caso da UFSM não é isolado. As universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Federal do RJ (UFRJ), Federal Rural do RJ (UFRRJ) e Federal Fluminense (UFF) também divulgaram, no final de 2015, estar com dificuldades em quitar as contas, principalmente referentes aos serviços terceirizados, o que levou a paralisação dos trabalhadores na UFF e na UFRRJ no final de dezembro.

35 anos do ANDES-SN

No dia 19 de fevereiro de 1981, cerca de 300 docentes, reunidos em Campinas (SP), deliberavam pela criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – a ANDES.

Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição que garantiu o direito à sindicalização aos servidores públicos, foi transformado em Sindicato Nacional. Entre as funções da associação, estão a integração com outras entidades representativas de docentes, trabalhadores e demais setores sociais, a luta pela redemocratização do país e a campanha nacional em defesa e ampliação da educação pública, gratuita e de qualidade, bandeiras que fazem do ANDES-SN uma das mais importantes entidades sindicais do país. A ADUA tem orgulho de fazer parte desta história de mais de três décadas. A educação não é mercadoria!

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Alcimar de Oliveira (Presidente), Lino João de Oliveira Neves (1º Vice-presidente), Aldair Oliveira de Andrade (2º Vice-presidente), Ana Lúcia Gomes (1ª Secretária), Antônio Batista da Silva (2º Secretário), José Humberto Michiles (1º Tesoureiro) e Ana Cristina Belarmino (2ª Tesoureira).

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491), Daniel Amorim (SRTE-AM 584)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Annyelle Bezerra, Daniel Amorim, ANDES-SN e divulgação

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009 / 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br, imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69077-000 - Manaus-Amazonas.
Site: www.adua.org.br

MUDANÇA

Consuni renova assentos com missão de resgatar caráter deliberativo do órgão

Foto: Annyelle Bezerra

Dos 61 membros do Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, eleitos em consulta realizada em dezembro de 2015 e recém empossados, só seis foram reeleitos, entre eles cinco docentes, dos quais três representam unidades acadêmicas da área da saúde. A renovação de grande parte do quadro de integrantes do Conselho se apresenta num contexto em que, segundo avaliação de “quem entra e quem sai”, urge a necessidade de retomada do pressuposto deliberativo do órgão.

“O órgão deixou de exercer sua função deliberativa, de debater sobre questões de interesse da universidade, e se transformou num espaço que serve apenas para referendar o que já foi decidido”. É dessa maneira que o professor José Luiz de Souza Pio, docente do Instituto de Computação (IComp), avalia a atual situação do Consuni.

Pio, cuja atuação como conselheiro teve início em 1996, chama a atenção para outro aspecto da atual gestão. “Em sua maioria, são profissionais bastante afinados com a reitoria. Apesar disso, mesmo aqueles conselheiros não ligados à Administração Superior se mantiveram por fora das discussões”, diz o professor, ressaltando o clima de “gracejo” que predominava durante as reuniões.

Missão

Nesse sentido, os novos conselheiros que tomaram posse no dia 26 de janeiro terão, pelos próximos dois anos, a missão de resgatar o caráter deliberativo do órgão. 40 representantes das unidades acadêmicas, 8 integrantes do corpo técnico-administrativo, 8 alunos e 2 representantes da comunidade externa da Ufam foram eleitos em consulta realizada em dezembro passado. Diretores de unidade, reitor e vice, além de representante da ADUA, também têm assento no Conselho.

Como exemplo da reversão de valores que caracteriza o atual Consuni, Pio cita a decisão que determinou a transferência de gestão do Hospital Getúlio Vargas para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), em 2012. “Deixei de participar do conselho porque percebi que não via interesse na formação de uma universidade. No período em que estive presente, jamais fui chamado para fazer relatos. De resto, são decisões toma-



Novos conselheiros tomaram posse em reunião realizada no dia 26 de janeiro

das a toque de caixa”, opina.

Uma década depois do fim do primeiro mandato, Pio voltou a assumir a cadeira de conselheiro em 2010 e, no ano seguinte, assumiu a representação docente do recém-criado IComp. “Desde então, nenhum processo foi a mim atribuído para emissão de parecer”, afirma o professor, que não se candidatou nas últimas eleições para o órgão máximo de deliberação da universidade.

Fiscalização

“De fato, na última década, o Consuni passou a apresentar mudanças em seu perfil institucional. No entanto, cabe aos novos conselheiros a tarefa de recuperar seu caráter deliberativo”, opina a professora do departamento de História Patrícia Melo Sampaio, recém-eleita representante do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). “É ne-

cessário, portanto, que esses conselheiros lembrem-se que foram eleitos pela vontade da comunidade acadêmica, e não da Administração Superior”, complementa.

Nesse contexto, ela destaca a importância da fiscalização dos próprios alunos das decisões tomadas pelo Consuni. “Devemos criar condições para aproximar a comunidade universitária do principal órgão decisório da universidade, pois as estratégias de comunicação, por exemplo, não são satisfatórias”, observa Patrícia.

Por isso, ela pretende criar um canal de divulgação das ações do Consuni via redes sociais e, dessa forma, promover um engajamento maior por parte do corpo discente. O serviço, cuja elaboração conta com o apoio do docente suplente pelo ICHL Allan Rodrigues, deverá ser disponibilizado aos demais integrantes do Conselho.

MODAL ALTERNATIVO

Projeto prevê instalação de dez bicicletários na Ufam

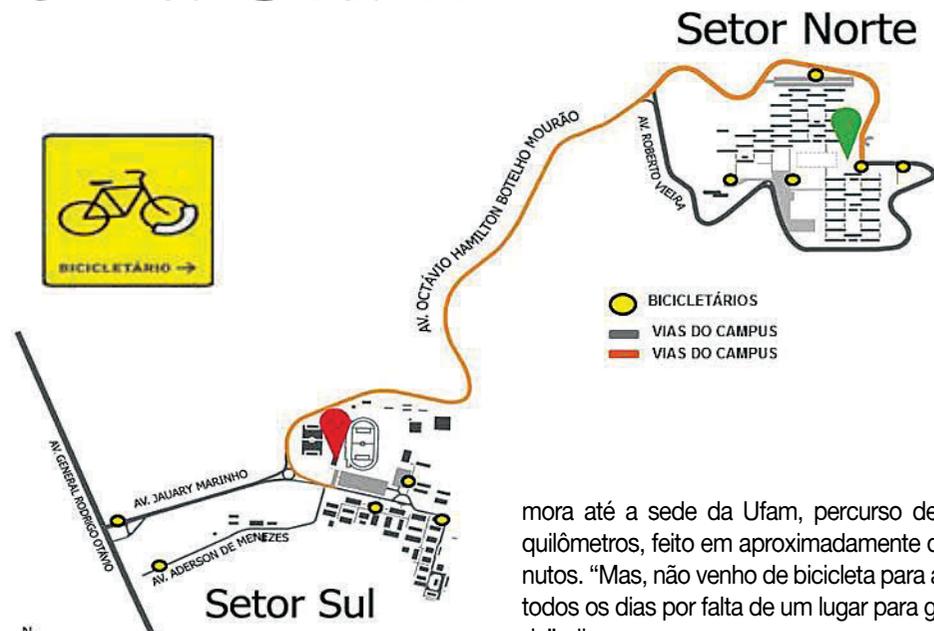
Estudante do 8º período de Geografia na Ufam, Guilherme Vilagelim mora nas imediações da Avenida das Torres e leva cerca de uma hora para chegar à universidade utilizando o transporte público. Esse tempo cai pela metade quando o percurso, de quase dez quilômetros, é feito de bicicleta, opção que o estudante nem sempre usa por não ter onde deixar a “magrela”. Para amenizar o problema, o graduando desenvolveu um projeto para instalação de bicicletários na sede da instituição e agora busca meios e apoio para implementação da medida.

“A utilização da bicicleta deve ser incentivada e facilitada, pois traz melhorias para a qualidade de vida urbana, beneficia a saúde do usuário, além de gerar ganho com a redução do consumo de combustíveis e com menor impacto ao meio ambiente”, justifica o estudante, ao defender a necessidade de implantação de estruturas de apoio nos locais de destino, condições que não existem no *Campus* Universitário nem em outro espaço público da cidade.

Intitulada de “Mobilidade Ciclovária no *Campus* Universitário da Ufam”, a proposta contempla a instalação de dez bicicletários (confira na imagem ao lado), sendo o primeiro deles nas imediações do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), onde, segundo Vilagelim, há maior quantidade de estudantes que utilizam a bicicleta como meio de transporte no deslocamento até a universidade.

O estudante pretende buscar apoio na própria instituição para captação de recursos para aquisição dos bicicletários. Não custa lembrar que o Brasil é o 4º maior produtor mundial de bikes, com a fabricação concentrada no parque industrial da capital amazonense.

A estimativa da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares



(Abracico) é de 1 milhão de bicicletas produzidas no PIM em 2015 (os dados ainda não foram consolidados). Apesar da expectativa de baixa de 10% tanto na produção quanto na venda desse modal, o diretor executivo da entidade, José Eduardo Gonçalves, informou à reportagem da ADUA que a demanda pelas “magrelas” está focada, atualmente, em produtos de maior valor agregado, “muitas delas equipadas com produtos eletrônicos”. A afirmação do dirigente ressoa exatamente na necessidade de maior cuidado com o produto.

Preservação

A ideia de promover o bem-estar social e a preservação da área verde da instituição, por meio da utilização de bikes, é aprovada por quem utiliza a “magrela”. Para o estudante de Educação Física Alessandro Bindá Moura, a iniciativa pode ampliar a adesão ao uso de bicicletas no Campus. Ele mesmo costuma fazer o trajeto do bairro onde

mora até a sede da Ufam, percurso de cinco quilômetros, feito em aproximadamente dez minutos. “Mas, não venho de bicicleta para a Ufam todos os dias por falta de um lugar para guardá-la”, disse.

O professor Welton Oda, docente do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), também costuma fazer uso de bicicleta, entre outros modais, no deslocamento até a sede da Ufam. Para ele, a iniciativa pode incentivar integrantes dos três segmentos da comunidade universitária a utilizarem a “magrela” como meio de transporte até o *Campus*. “A própria universidade tem um estudo de mobilidade, por meio do qual se sabe que o uso de bicicleta aqui não é recreativo. É usada por trabalhadores e estudantes”, afirmou.

Avaliação positiva

Iniciativas como essa, na avaliação do coordenador do Movimento Pedala Manaus, Paulo Aguiar, são “extremamente positivas”. “Não adianta, por exemplo, investir em ciclovias e ciclofaixas se a cidade não tem locais adequados para deixar a bicicleta, paraciclos, vestiários públicos”, avalia. “Ofereça a infraestrutura, e as bicicletas aparecerão”, completa Aguiar, reforçando o “slogan” utilizado pela ONG na cobrança do poder público por melhores condições para o uso da bicicleta como meio de transporte, lazer e esporte.

A reportagem também procurou a Reitoria da Ufam para saber se há dados oficiais sobre a quantidade de pessoas que fazem uso desse modal no Campus ou se a instituição dispõe de algum tipo de pesquisa a respeito do perfil de quem usa a bike na universidade, mas, até o fechamento dessa edição, não obteve resposta.



ASSITÊNCIA ESTUDANTIL

Estudantes demandam criação de creche e fraldário na Ufam

Foto: Divulgação

Universitárias que necessitam conciliar a rotina entre o estudo e a amamentação não hesitam em levar seus bebês para a sala de aula. Elas fazem parte de um grupo pequeno, mas que começa a se organizar na Ufam na busca por soluções para a permanência na instituição. Juntas com outros estudantes que têm filhos, elas lutam para garantir um direito fundamental dos pequenos, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dos jovens, desejosos de concluir o ensino superior com qualidade.

No início deste ano, as estudantes lançaram um questionário em uma plataforma gratuita na internet no intuito de “coletar dados sobre a demanda para criação de um fraldário” na Ufam. “É sabido que várias mães levam suas crianças para aula e é triste que ainda não possamos contar com esse espaço que certamente auxilia a nossa permanência na academia”, disse uma das organizadoras da pesquisa, a estudante do curso de Letras Alessandrine Silva, mãe da pequena Alicia e do bebê Antônio Medeiros*.

Alessandrine costuma fazer uma série de postagens sobre o assunto em seu perfil em uma rede social virtual e o debate a respeito do assunto vem ganhando adesão de outros universitários. “Eu trocava [a bebê] no banheiro mesmo. Forrava com papel toalha e depois colocava uma fralda de pano e o trocador dela”, conta a estudante de Ciências Sociais Eleide Mota, também engajada no levantamento de informações.

Eleide destaca que, em virtude das dificuldades enfrentadas até em sala de aula, já pensou em desistir do curso. “Já passei por alguns problemas com professores. Sempre procurava explicar a minha situação e alguns entendiam; outros, não. Sei que outras mães passam por essa situação, por não ter com quem deixar [a criança]”, afirmou, acrescentando que há um ano e meio tem a companhia da filha nas aulas. “Desde que ela tinha um ano”, lembra.

A estudante de Serviço Social Thainá Almeida, 18, aprova a ideia. “Seria ótimo ter espaços como esse [na instituição], pois cada vez mais há mães na universidade”, disse a graduanda, que está no 8º mês de gestação. Ela pretende ficar em casa no período de licença e espera encontrar melhores condições quando retornar à sala de aula.



No Brasil, 19 universidades federais têm creches, segundo movimento “Rebele-se”

Outras estratégias

Mas o fraldário não é a única demanda desse público. Integrantes do Movimento “Rebele-se” lançaram um abaixo-assinado em outubro de 2015 em defesa da criação de uma creche na instituição e estão intensificando a coleta de assinaturas desde o dia 11 de janeiro, com a visita às salas de aula no setor Norte do Campus, para incentivar professores e estudantes a aderir à causa. A lista já conta com mais de 400 assinaturas.

“O movimento surge em 2005 com algumas bandeiras de luta, entre elas a creche universitária, pois a gente começou a perceber que a quantidade de pais e mães na universidade não era de fato pequena”, disse a graduanda de Administração e integrante do “Rebele-se”, Lorraine Almeida. Para ela, a questão é a instituição “querer dar conta dessa realidade”. “Em algumas conversas de integrantes do movimento com a Reitoria, ficou claro que a posição [institucional] é de que não existe demanda”, criticou.

Assim como Lorraine, a estudante Anna Morte, de Artes Visuais, também não tem filhos, mas está engajada na causa por entender que todos ganham com a criação de uma creche universitária. “A creche pode ajudar no desenvolvimento e na educação dessas crianças e ainda servir como complemento na formação de estudan-

tes que necessitam fazer estágio”, afirmou.

Levantamento feito pelo movimento “Rebele-se” em âmbito nacional dá conta de que há creches (também chamadas de unidades educacionais ou núcleo de desenvolvimento da criança, em algumas instituições) em 19 universidades federais. Em alguns casos, quando não há vagas disponíveis ou mesmo quando não há propriamente esse espaço, a instituição oferece o auxílio-creche, como ocorre nas Universidades Federais do Ceará (UFC) e do Pará (UFPA).

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Ensino Superior (Andifes), a creche integra uma das ações temáticas da assistência estudantil com foco na permanência e se configura como uma das soluções para o problema de evasão e retenção nos cursos de graduação. A entidade realiza, a cada quatro anos, pesquisa para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES. Na mais atual, de 2011 – a de 2015 ainda está em fase de conclusão – o percentual de estudantes com filhos é de 9,21%. Na região Norte esse índice chega a 16,80%. Nesse grupo, 43,4% deles utilizam os serviços de creche oferecidos pelas Universidades Federais. Na região Norte, esse índice chega a 46,68%. O dado, para a Andifes, demonstra a importância da universalização deste serviço.

A reportagem da ADUA procurou a Reitoria da Ufam, por meio da Assessoria de Comunicação, para obter informações oficiais sobre estudantes com filhos, demandas desse público e ainda estratégias gerais para a permanência estudantil que a instituição dispõe. Mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

À época das últimas eleições para a Reitoria, em 2013, enquanto candidata à reeleição pela chama “Ufam Sempre Melhor” para o quadriênio 2013/2017, a professora Dra. Márcia Perales, atual gestora da universidade, apresentou um plano de trabalho que propunha a implantação do “auxílio-creche destinado a estudantes de graduação e pós-graduação, na forma da legislação vigente”, como parte do item “Política de Assistência Estudantil”.

* Nomes fictícios, em atenção ao ECA.

DESCASO

Terceirizados na Ufam sofrem com as más condições de trabalho

Eles pertencem a um grupo de centenas de trabalhadores vinculados às empresas de médio e pequeno porte contratadas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para a prestação de serviços como limpeza e conservação, segurança patrimonial, entre outros, mas sabem como ninguém o que é conviver diariamente com a falta de respeito e as más condições de trabalho. Responsáveis pela limpeza, os terceirizados da empresa ADAP Serviços de Limpeza Ltda., que atuam no Campus da Ufam desde 2013, trabalham oito horas por dia, descansam debaixo de árvores ou no chão de salas de aula, e guardam material de expediente e itens pessoais em lugares inadequados. Egressos de linhas de produção das fábricas do Distrito Industrial, dos canteiros de obras da construção civil e da área de serviço de casas de família esses trabalhadores viram na terceirização uma “tábua de salvação” para continuar sustentando os filhos depois que o avançar da idade lhes fechou as portas para a contratação direta.

Agente de limpeza na Faculdade de Estudos Sociais (FES), há um ano e três meses, Cláudia Gomes*, 52, conta que trabalhou por 16 anos no Distrito, antes de trabalhar como terceirizada. “Fui industriária por muito tempo, mas para a minha idade o Distrito acabou. Trabalhei em casa de família e pela primeira vez sou terceirizada”, lembra.

Segundo Cláudia, a discriminação por parte dos professores, alunos e técnico-administrativos foi o primeiro choque ao atuar na modalidade dentro da Ufam. Indiferença, xingamentos proferidos pelos discentes dentro dos banheiros e olhares de desdém de alguns docentes, de acordo com ela, são recorrentes. “Tem professor que discrimina e trata a gente diferente só porque tem mestrado e doutorado”, desabafa.

A também agente de limpeza, Soraia Nunes*, 33, que há dez meses trabalha na universidade, afirma que apesar do constrangimento, não adianta levar ao conhecimento do encarregado os maus tratos sofridos por elas no dia a dia.

“Os alunos e servidores sempre estão com a razão”, explica.

Sem um local onde possam fazer as refeições, os terceirizados da limpeza e conservação almoçam onde dá. Alguns, de vez em quando, se arriscam à ir a copa do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), mas como o espaço é exclusivo para os servidores da instituição, a presença deles gera incômodo. “Como a copa é para os funcionários, eles não podem usar. O problema é que existe a questão da economia. Eles já ganham pouco, se todo dia gastarem com alimentação, acabam ganhando quase nada no final do mês”, ressalta uma servidora que acompanha de perto as dificuldades pelas quais os terceirizados passam.

Para a agente de limpeza, Sônia Fernandes*, 38, “a Ufam tinha por obrigação ter um canto para receber os terceirizados durante o almoço, independente se a comida consumida é comprada ou trazida de casa”. Sônia reclama também da ausência de um vestiário e de uma sala onde os trabalhadores possam ficar durante as duas horas de almoço.

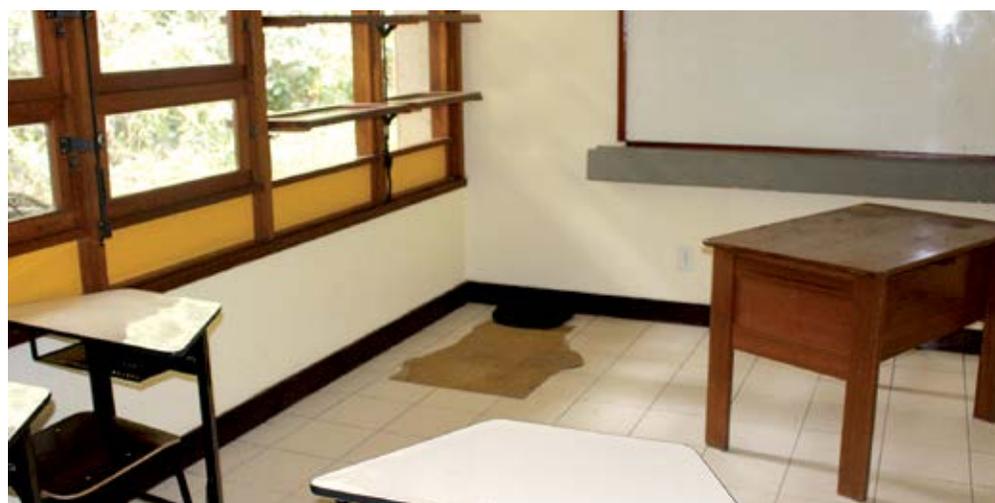
“Hoje, a gente não tem um local para trocar de roupa ou para guardar nossos objetos pessoais. O que a gente faz é usar a roupa por baixo da farda, porque quando o banheiro está



No dia a dia, os trabalhadores precisam lidar ainda com o

trancado tiramos o uniforme no corredor mesmo. Para cochilar, improvisamos uma cama de papelão no chão da sala de aula. Às vezes, acordamos e tem uma rodinha de alunos nos olhando”, conta.

Mas a falta de infraestrutura - com os trabalhadores sendo obrigados inclusive a esconder os produtos de limpeza e vassouras nos banheiros por falta de um depósito - ou a discriminação, que ocorre até nas redes sociais, não



Sem sala para descanso, trabalhadores dormem em cima de papelões no chão

Foto: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra



desrespeito por parte de alguns servidores e estudantes



Objetos pessoais e produtos de limpeza ficam em um banheiro que 'virou' depósito

são os únicos obstáculos enfrentados pelos agentes terceirizados. Até nos casos em que a legislação trabalhista os contempla, como por exemplo o direito de ter as faltas abonadas mediante a apresentação de atestado médico e a instalação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), há dificuldades.

De acordo com os trabalhadores, quem sofre um acidente de trabalho ou adoece precisa obrigatoriamente entregar o atestado médico no escritório da empresa, no Parque das Laranjeiras, mesmo havendo a presença de encarregados da Adap, em cada bloco da Ufam. Segundo eles, devido à burocracia, muitos terceirizados acabam trabalhando doentes. A instalação obrigatória da CIPA, conforme determinação da Norma Regulamentadora (NR5), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também é descumprida dentro da universidade. A Comissão, que segundo a legislação, "tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador", deveria ser aplicada também "aos trabalhadores avulsos e às entidades que lhes tomem serviços". O que não acontece, de acordo com os trabalhadores.

Segundo o gerente administrativo da Adap, em Manaus, Elvanir Maquiné, a disponibilização de um local para que os funcionários troquem de roupa e armazenem pertences pessoais não faz parte do contrato de prestação de serviço assinado com a Ufam. Ele afirma ainda que um ofício foi encaminhado à universidade para que a mesma viabilizasse um espaço com essa finalidade.

"Recentemente fomos acionados pelo Ministério do Trabalho, durante auditoria rotineira, sobre a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de um local para almoço e descanso, mas explicamos que cerca de 70% dos trabalhadores mora no Coroado e costuma almoçar em casa e que não está previsto no contrato o fornecimento deste espaço. O que fez o Ministério entender que cabe a Ufam viabilizá-lo", afirmou o gerente administrativo da Adap.

Elvanir explicou ainda que casos de extravio de atestados médicos pelos encarregados levaram a prestadora a tornar obrigatória a entrega do documento exclusivamente no escritório da empresa. Sobre a discriminação sofrida pelos trabalhadores, o gerente destaca que a orientação é de que os mesmos não entrem em conflito, mas relatem ao encarregado os maus-tratos. "O encarregado, a partir da comunicação faz um ofício, encaminha à Prefeitura do Campus pedindo que o autor seja identificado e assine um termo de compromisso", informou, destacando que um caso foi registrado em 2015 e dois em 2014.

Para o vice-presidente da ADUA, professor Lino João de Oliveira Neves, a terceirização não é algo novo e já existe na Ufam há muito tempo, com exemplos clássicos como as cantinas, os lavadores de carros e os vendedores ambulantes de trufas. "O sindicato é contrário à terceirização porque ela significa a precarização das relações de trabalho como um todo. A Ufam como universidade pública e socialmente referenciada não poderia adotar uma terceirização onde o direito trabalhista está precarizado", afirma.

O vice-presidente ressalta ainda que os serviços prestados por terceiros são apenas uma parte da terceirização dentro da Ufam. Segundo Lino João, é ainda mais preocupante, pois consiste na venda de serviços às empresas privadas, pelos próprios professores, que utilizam não só a estrutura da Ufam e a titulação custeada com recursos públicos, como o horário que deveriam estar dedicando à instituição. "Nesses casos faz-se um julgamento errado, porque o professor diz que aquele horário de trabalho que ele está atuando no projeto é uma ação de pesquisa dele, quando na verdade está muito claro que ele está vendendo serviço e não fazendo pesquisa", afirma.

Como se não fosse suficiente, de acordo com o vice-presidente da ADUA, o nome da Ufam e o prestígio trazido por ele também aca-



Trabalhadores da Rudary fecharam acesso ao campus duas vezes em 2013

bam sendo utilizados por certos docentes para terceirizar serviços à iniciativa privada. “O nome da Ufam é o que importa. Por que as empresas não procuram docentes das instituições particulares para consultorias? Porque elas não têm credibilidade acadêmica nenhuma. Então, além de tudo, há o fato de ser um doutor da Ufam. E isso é terceirização, sim”, criticou.

Custos

Principal argumento usado pelos simpatizantes ao Projeto de Lei nº 4.330, que entre outros pontos torna possível a terceirização também das atividades fim nas empresas e no setor público, a redução de custos, é vista com descrença pelo especialista em administração financeira, mestre em gestão de custos e professor da Ufam, Manoel Martins do Carmo Filho.

De acordo com o especialista, é inviável a adoção de uma postura meramente preocupada com a economia de custos, já que para se atingir este objetivo seria necessário a contratação dos trabalhadores por uma remuneração tão baixa, a ponto de contemplar uma redução real de gastos.

“Não creio que haja essa economia tão apregoada e em princípio não se pode também ficar só falando como um mero redutor de custos, que é o artifício criado atualmente. Em primeiro lugar para se chegar a esse cenário seria necessário que os valores das contratações fossem aviltados. A atividade é necessária e portanto tem que ser executada. Então, não vejo nenhuma possibilidade de redução de custo”, afirma Filho.

Um dos pontos polêmicos do PL, previsto no artigo 10 e que torna a contratante “subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços” é apenas um dos exemplos de como as empresas públicas e privadas poderão ter seus gastos ampliados, a partir da

terceirização.

Já empregado na iniciativa privada, segundo o especialista em gestão financeira, o princípio da solidariedade exposto no artigo 10 do PL faz com que as empresas assumam a responsabilidade de fiscalizar se as terceirizadas estão cumprindo as obrigações trabalhistas e se a contratada goza de situação financeira necessária ao cumprimento destas obrigações. “A fiscalização não se restringe somente à adimplência e obrigações trabalhistas e previdenciárias. Há necessidade de se verificar também a saúde financeira dessas empresas, o que é um dos maiores problemas. Nas contratações e no serviço público acho que esse é o grande dilema, pois há uma preocupação muito grande de qualificar o fornecedor por ocasião da contratação e acaba ocorrendo um artificialismo nas informações, com a criação de números fictícios para aparentar uma boa performance financeira que não existe”, destaca o especialista.

De acordo com Filho, dentro da Ufam, o caso recente da empresa de limpeza e conservação Rudary é um exemplo da não observação da saúde financeira das terceirizadas ao longo do contrato e que acabam deixando o gestor público de “mãos atadas”, uma vez que qualquer medida adotada por ele como, por exemplo, a retenção de uma parte do contrato, complicará ainda mais a situação. Em outubro de 2013, mais de 70 funcionários da Rudary fecharam por duas vezes, em menos de uma semana, o acesso ao *Campus* Universitário para reivindicar o pagamento de férias e salários atrasados, assim como, o registro das demissões em carteira. Somente após a concessão de uma liminar pela Justiça Federal, os trabalhadores puderam receber diretamente da universidade os proventos reivindicados.

“Por todas essas questões eu, particularmente, não vejo economia e sim um risco. E ainda uma possibilidade maior de aumentar

algum custo, pois a lei ao remeter ao gestor a obrigação de fiscalizar o contrato, torna necessária a criação de setores especializados dentro da gestão pública. Setores esses, que hoje, não existem dentro das instituições, incluindo a Ufam, que tem sua Controladoria e Departamento de Auditoria Interna limitados a ações focadas na atividade-fim, precisando aumentar o escopo e tornar os funcionários mais habilitados para fazer esse tipo de fiscalização”, alerta, Filho.

Para o especialista, a definição efetiva dos serviços que poderão ou não ser terceirizados é essencial para que se mensure o aumento de custos acarretado pelo novo modelo. Atividades consideradas meio, dentro da universidade, como por exemplo, a infraestrutura de apoio, composta por secretarias, caso terceirizadas podem ser tão prejudiciais quanto a terceirização dos professores em sala de aula. “A infraestrutura de apoio apesar de considerada uma atividade -meio é uma atividade-fim, pois se ela não for bem desenhada dentro da arquitetura da universidade, pode sofrer uma solução de continuidade, já que para ter uma boa atuação em sala de aula o professor depende muito do apoio dessas atividades de suporte”, esclarece.

A contratação com caráter temporário do professor substituto, dentro da Ufam e nas demais universidades públicas brasileiras, mesmo não configurada como terceirização, também não pode deixar de ser observada como algo “deplorável”, de acordo com Filho. Contratados por um pequeno espaço de tempo e submetidos ao mesmo nível de exigência feito a um professor de carreira, esses docentes, acabam não se comprometendo com a instituição. “Isso, no meu ponto de vista, acaba sendo muito danoso para o estudante, pois acontece de o professor substituto desistir no meio do processo, e ser necessário retomar a contratação do início”, destacou.

Para Filho a falta de locais para descanso e almoço configuram problema de gestão.

Tendência

Por acreditar que a terceirização não pode trazer nenhum risco e nenhum aumento de custo às contas e à administração públicas, o mestre em administração e professor da Ufam com experiência em finanças públicas Raimundo Nonato Pinheiro afirma que o “PL 4.330/ 2004 não trata da questão fiscal, portanto não tem em si nenhuma influência direta em proporcionar economia ao governo”.

Segundo Pinheiro, a terceirização é uma tendência mundial e apenas no Brasil ainda está restrita às atividades-meio, o que acaba dificultando a conceituação dos serviços.

* Nomes fictícios para preservar a identidade dos informantes.



Empresa alegou insubordinação para demitir funcionário

Terceirizado da Ufam reverte na Justiça demissão por justa causa

Funcionário terceirizado pela empresa Global Service Segurança e Vigilância Ltda., uma das prestadoras de serviço na Ufam, por dois anos e dez meses, o vigilante Edilson Albuquerque conta que precisou recorrer à Justiça do Trabalho para receber a rescisão a que tinha direito, após uma demissão por justa causa injustificada.

O registro feito por Edilson no livro de ocorrências sobre irregularidades no posto de serviço, a sede da TV Ufam, renderam ao funcionário uma demissão por justa causa sob a alegação de insubordinação. O trabalhador reclamou sobre a demora na oferta de um vigilante substituto para idas ao banheiro e falta de fardamento, assim como ausência do balístico que protege o segurança contra projéteis.

“Houve um dia que pedi às 8h30 um apoio para ir ao banheiro e só fui atendido às 11h30, fato que registrei no livro. O fardamento, deve ser trocado a cada seis meses, mas só era feito a cada dez, isso se tivesse todas as peças. Meu colete balístico, rasgou e passei oito meses usando só a capa, fingindo estar protegido”, relembra.

Lotado no mesmo posto de serviço desde a admissão, no dia 1º de janeiro de 2012, o vigilante afirma ainda que estava doente quando foi desligado da empresa no dia 12 de novembro de 2014 e que dias antes foi

obrigado a trabalhar mesmo tendo liberação médica, irregularidade também registrada por Edilson no livro de serviço. “A alegação foi de que se eu estava doente, não deveria ter ido. E como fui teria que ficar. Registrei no livro o caso e o inspetor assinou e carimbou”, afirma.

Segundo Edilson, mesmo com direito a uma hora de almoço e intervalos de dez minutos a cada uma hora trabalhada, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o único intervalo que tirava, durante a jornada diária das 7h às 19h, era os 15 minutos cronometrados pela chefia para o almoço. “Para evitar ser chamado atenção, eu até evitava ir ao banheiro. Geralmente ia ao banheiro apenas duas vezes ao longo do serviço, porque a gente fica tão abalado com medo de pegar a conta que acaba abrindo mão dos direitos”, conta.

Em dezembro de 2014, Edilson deu entrada na Justiça do Trabalho no pedido de reversão da demissão por justa causa, com a primeira audiência ocorrendo em janeiro de 2015. Durante a audiência, o vigilante afirma que a representante da empresa mais uma vez alegou insubordinação para justificar a demissão. Porém, sem provas e nem testemunhas, a Justiça concedeu ao ex-vigilante a reversão da justa causa e o direito ao seguro-desemprego e ao FGTS.

PL da terceirização tramita no senado desde abril de 2015

A redação final do projeto de lei que regulamenta a terceirização nas empresas foi aprovada pela Câmara dos deputados em abril de 2015 e chegou ao Senado no dia 28 do mesmo mês. Cercado de polêmicas, o texto deve passar por alterações dos senadores e tramitar de forma lenta na Casa.

A proposta estava parada na Câmara havia 11 anos e foi resgatada pelo presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Entre os pontos mais polêmicos da matéria aprovada pelos deputados está a emenda que permite que as empresas contratem trabalhadores terceirizados para atividades-fim.

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) chegou a criticar a “pressa” com que o texto foi aprovado na Câmara e disse que a permissão para a terceirização da atividade-fim representava uma “pedalada no direito do trabalhador”. Na época, Calheiros chegou a afirmar que a matéria terá “uma discussão criteriosa no Senado”.

Antes de ser encaminhado ao plenário do Senado, o projeto de lei deve ser analisado pelos senadores nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos (CDH). Uma sessão temática em Plenário também deve ser convocada para debater a proposição com os senadores. A data do debate ainda não foi definida.

Pelas normas do Congresso Nacional, um projeto de iniciativa de uma das Casas e aprovado com alterações na outra, deve ser submetido à nova análise pelos parlamentares de origem. Caso o texto da terceirização seja aprovado pelo Senado com qualquer alteração, terá de retornar à Câmara para que os deputados decidam se aceitam ou não a mudança proposta na matéria.

Diante da possibilidade de o projeto de lei vir a ser alterado no Senado, Cunha afirmou que a última palavra sobre o texto seria da Câmara, em razão de a proposta ser de autoria de um deputado federal.

35ª EDIÇÃO

Congresso do ANDES-SN prioriza em 2016 defesa do caráter público da educação

Foto: Divulgação ANDES-SN

Num ano em que o governo caminha para dar continuidade às medidas de arrocho ao trabalhador brasileiro, intensificadas em 2015, os professores das universidades públicas brasileiras apontam a “Defesa do caráter público, laico, democrático, gratuito e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e do direito dos trabalhadores, com intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com o movimento sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora” como a palavra de ordem do plano de lutas deste ano. O movimento pretende evidenciar a necessidade de abertura imediata de concursos e contratação via Regime Jurídico Único, anulação da reforma da previdência e de luta contra a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Federais (Funpresp), revogação das leis que criaram a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e as Organizações Sociais (OS) e de oposição ao PL 4251/2015, que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação.

A centralidade da luta para 2016 também foi deliberada durante o 35º Congresso do ANDES-SN, realizado de 25 a 30 de janeiro, em Curitiba (PR). Principal instância deliberativa do Sindicato Nacional, o Congresso contou com 469 docentes representando Seções Sindicais de todo o país, sendo 356 delegados, 74 observadores, 33 diretores e seis convidados.

Plano de lutas das lees/lmes

Debatido amplamente no 35º Congresso do ANDES-SN, o Plano de Lutas do Setor das Instituições Estaduais e Municipais (lees/lmes) contempla nas resoluções aprovadas a necessidade de intensificar a mobilização para barrar os ataques gerados pela política de ajuste fiscal promovido em estados e municípios, gerando o atraso no pagamento de salários e retirada de direitos sociais dos servidores; e pela implantação de fundos de pensão estaduais; assim como de realizar le-



O Congresso contou com 469 docentes representando Seções Sindicais de todo o país

vantamento sobre a situação orçamentária e financiamento das IES para instrumentalizar a luta por mais verbas para as instituições.

O calendário de luta dos docentes das estaduais e municipais prevê também a realização da semana de luta do setor, entre os dias 23 e 27 de maio, em defesa de mais recursos para as instituições estaduais e municipais, assim como a realização, no segundo semestre de 2016, do XIV Encontro Nacional do Setor, na cidade de Salvador (BA), sob organização da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia (Aduneh SSind).

Cuiabá será sede do 36º Congresso

A cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, foi escolhida como sede da 36º Congresso do ANDES-SN, que acontecerá em 2017. A capital mato-grossense foi proposta pela delegação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (Adufmat Seção Sindical). Reginaldo Araújo, presidente da entidade, destacou o histórico de lutas da Adufmat e a intensa participação nas lutas travadas pelos docentes como justificativas da candidatura.

Moções aprovadas defendem direitos de palestinos e indígenas

Durante o 35º Congresso do ANDES-SN foram aprovadas duas moções contra a violação de direitos sofrida por palestinos e indígenas. Voltada à “Defesa dos Trabalhadores Árabes Palestinos presos, demitidos e agredidos em Israel”, a primeira moção formalizou a adesão da categoria à luta pelo fim das agressões racistas contra os trabalhadores árabes palestinos, assim como o endosso à campanha de apoio jurídico e material pela proteção dos trabalhadores e reintegração ao trabalho.

A segunda moção repudia o veto integral da presidente Dilma Rousseff ao PL 5944/2013 que expandia do Ensino Fundamental até o Ensino Superior a possibilidade do uso das línguas indígenas e de determinar que as avaliações educacionais considerassem o caráter diferenciado da educação entre povos indígenas. O projeto foi o primeiro favorável aos índios aprovado no Congresso Nacional e em todas as comissões do Senado e da Câmara dos Deputados.

REDUÇÃO

Temperatura no *Campus* cai 4 graus em relação à da cidade

Foto: Daniel Amorim

Quem deixa a Avenida General Rodrigo Otávio, única via de acesso à sede da Ufam, para entrar no *Campus* Universitário, já pode notar a diferença de temperatura logo no “Bosque da Resistência”, que antecede o portal da instituição. Não se trata só de uma sensação. Pesquisa constatou que a temperatura dentro do *Campus* apresenta redução média de 4 graus em comparação à registrada no entorno da universidade.

O resultado do trabalho, aliado a outras pesquisas, destaca o valor inestimável do *Campus* Universitário, considerado o maior fragmento florestal urbano do país (em cidades com mais de 1 milhão de habitantes) para a cidade de Manaus. A área verde da Ufam apresenta também outras características essenciais para a manutenção de um ecossistema equilibrado no perímetro urbano da capital, razão da importância da preservação desse patrimônio natural da cidade.

“Os fragmentos florestais em áreas urbanas, condições microclimáticas e a ação humana foram os aspectos analisados na fase inicial da pesquisa”, diz a finalista do curso de Geografia e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) Gabrielle Sant’Anna Mendes, autora do trabalho “Análise Climática do Campus da Ufam”.

As medições foram realizadas num único dia, das 8h às 18h. A partir dos dados obtidos na pesquisa, foi possível produzir um mapa de variação climática da área analisada, que inclui ainda dados de imagens captadas via satélite.

A temperatura máxima registrada no período entre 11h15 e meio-dia variou de aproximadamente 28°-29° (área florestal) a 32°-33° (área urbana). Durante o trabalho de campo, Gabrielle e uma colega utilizaram higrômetros e termômetros analógicos para verificar a mudança de temperatura.

“É uma contribuição inestimável que a área verde da Ufam fornece à população de Manaus, onde as temperaturas são elevadas na maior parte do ano”, observa a professora do departamento de Geografia e coordenadora do Comitê de Ciências Humanas do Pibic, Adorea Rebello.

Regeneração

Intitulada “Análise do uso do solo do *Campus* da Ufam Manaus e o Novo Código Florestal”, ou-



Resultado de pesquisas foi apresentado durante debate promovido pelo MEC na ADUA

“**É uma contribuição inestimável que a área verde da Ufam oferece à população de Manaus**”

tra pesquisa, desenvolvida pela geógrafa Eliana dos Santos Brasil, identificou, no período de 2000 a 2012, uma redução significativa no desflorestamento de algumas áreas do *Campus*. Na área próxima à Associação dos Servidores da Universidade Federal do Amazonas (Assua), por exemplo, houve regeneração de mais de 30% da vegetação.

“Por outro lado, o setor Norte do Campus foi o mais atingido pela construção de novas unidades, pois não havia mais áreas disponíveis no setor Sul. Isso resulta, principalmente, da falta de planejamento no processo de expansão”, destaca Eliana. Com a construção dos novos prédios, a capa florestal retirada desses locais foi realocada para espaços já desmatados.

Eliana observa ainda que a regeneração natural contribuiu para a diminuição de zonas desmatadas. “Isso ocorreu no trecho onde se localiza o linhaço energético, na entrada do *Campus*. Com

o término das obras, a vegetação cresceu novamente”, explica. Devido a esses fatores, o nível de ocupação do solo na Ufam registra aproximadamente a metade (10%) do índice máximo estabelecido pelo Novo Código Florestal. Para chegar a tais resultados, Eliana utilizou, entre outros recursos, imagens de alta resolução fornecidas pelo Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

As pesquisas foram apresentadas durante debate promovido pelo Movimento Educar para a Cidadania (MEC), no fim de novembro de 2015, no auditório da ADUA. A atividade foi organizada pela professora Adorea Rebello.

O professor do curso de Geologia da Ufam, Albertino Carvalho, destacou a importância dessas pesquisas no planejamento das ações da própria universidade. “É bastante comum encontrar análises voltadas à sociedade em geral. No entanto, faltam estudos que deem conta dos problemas que atingem nossa instituição”, observou.

Ele sugeriu ainda que os resultados dessas pesquisas poderiam fornecer subsídios para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado pelo Conselho Universitário em novembro. Mas, o tema não foi devidamente aproveitado pela instituição, que dedicou apenas uma página à questão ambiental na universidade no documento que estabelece diretrizes a serem desenvolvidas em uma década.

Entrevista

“Essa política compromete sim a aprendizagem”, afirma doutora em educação

No ano em que a precarização do ensino superior esteve no centro das discussões, com a deflagração da greve dos docentes federais que durou mais de cem dias, a Educação Básica também amargou um duro golpe, em Manaus. Seguindo o exemplo do governo de São Paulo que,

em setembro, fechou 94 escolas estaduais sob a argumentação de que as unidades de ensino passariam por uma reorganização, a prefeitura de Manaus orquestrou, ao apagar das luzes do ano passado, a extinção de nove escolas municipais, alegando demanda ociosa. Os impactos do fechamento dessas

escolas para no aprendizado dos estudantes e o sistemático modelo de precarização do ensino adotado pelos governos federal, estaduais e municipais são alguns dos temas abordados, nesta entrevista, pela professora de Faculdade de Educação da Ufam (Faced), Arminda Rachel Mourão.

Em sua opinião, há um esforço conjunto do atual governo para expandir a precarização do ensino para os Ensinos Médio e Fundamental? Quais devem ser as consequências destas medidas para o aprendizado das crianças brasileiras, a longo prazo?

Estamos muito preocupados com essa questão. Com o argumento de economizar, as escolas são fechadas, prejudicando a população amazonense. O que se considera demanda ociosa? Segundo a Secretaria de Educação essas escolas não preenchem o número de vagas. Essa questão relativa ao ensino noturno é uma realidade, até por que não há segurança na cidade e os alunos, a população acaba evitando o noturno. Há também a questão do transporte, essas crianças estudavam mais perto de casa, com o fechamento vão para escolas mais longe, isto onera o orçamento das famílias. Essa atitude compromete o aprendizado sim, muitas vezes as crianças não vão à escola por que a família não tem recursos para a condução. Fora esta questão o tempo de deslocamento compromete a aprendizagem pois a criança é afetada por questões externas e quando chega ao local onde estuda, já está cansada.

Com o fechamento das nove escolas municipais, em Manaus, a secretária de Educação e professora da Ufam, Kátia Schweickardt espera economizar R\$ 7 milhões por ano. A crise econômica pela qual o Brasil vem passando é a principal justificativa dada pelo poder público para o corte de verbas no ensino, enquanto a Educação foi a terceira pasta com maior recurso federal aplicado de forma irregular (R\$ 378 milhões em

2015), segundo a Controladoria-Geral da União (CGU). Como a senhora analisa o esquema de prioridades adotado pelo governo brasileiro no que se refere à Educação?

Há uma corrente no Brasil que diz que precisa economizar, com isso há cortes em questões prioritárias. A exemplo veja a Fapeam. Este ano não teve um edital publicado, tem problemas em pagar bolsas. Sou a favor de uma auditoria dos gastos e da dívida do município. Se é para cortar que seja em outras ações. Educação e saúde são prioritárias.

O fechamento de escolas acarreta a necessidade de realocação dos estudantes para outras unidades de ensino e a superlotação de salas de aula. Sabemos que muitas famílias têm, às vezes, mais de três crianças que estudam em escolas diferentes, o que torna difícil para os pais levá-los à aula. Políticas de fechamento de escolas como esta não estão na contramão da política de combate à evasão escolar e de priorização da alfabetização na idade adequada?

A evasão e a repetência são grandes obstáculos para que o Brasil supere o problema do analfabetismo funcional. Essa política compromete sim a aprendizagem, fazendo com que a distorção idade/série aumente. Tem mais, na área rural há o processo de nucleação. Fechamento das escolas das comunidades. Eu me pergunto sempre: Essas ações não é para privilegiar os empresários de transporte (o governo federal tem um programa de transporte escolar)?

Em março do ano passado, em Manaus, professores das redes estadual e municipal paralisaram as ati-

vidades por um dia para reivindicar reajuste salarial sem atraso e sem parcelamento; plano de saúde; vale-transporte sem desconto de 6% do vencimento base; auxílio alimentação por turno de trabalho; e a convocação de concursados. Combater o ataque às condições de trabalho dos profissionais da Educação é uma das bandeiras de luta do ANDES-SN, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Quais são os obstáculos para o combate do fechamento de escolas e não priorização do ensino na Educação Básica?

Somente muita luta. É fundamental articular com a comunidade essas ações. Mas fica difícil pois a orquestra da divisão tomou conta do movimento sindical. Se cada força política insistir em formar o seu sindicato, a sua central, a luta enfraquece.

Professora:

Arminda Rachel Botelho Mourão

Formação:

Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da UFAM

Foto: Divulgação



Indignação

Bolsistas da Orquestra “Vozes da Ufam” são desligados do projeto e criticam medida

Mais de 30 bolsistas da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), entre eles músicos e cantores, foram surpreendidos com a notícia de que foram desligados do projeto, que existe há oito anos. De acordo com integrantes do “Vozes da Ufam”, como o projeto é conhecido, a iniciativa faz parte de uma medida implementada, neste ano, pelo professor Paulo Roberto Simonetti, diretor do Centro de Artes da Ufam (Caua), órgão da universidade ao qual a orquestra está vinculada.

A notícia foi recebida com surpresa e indignação por parte dos bolsistas, que ainda tentam entender os motivos do desligamento e o fim do projeto, como alegam. “Alguns professores afirmavam que não cumpríamos a carga horária estabelecida em termo de compromisso firmado com a Pró-Reitoria de Extensão [Proexti], que é de 20h horas semanais. Mas nosso trabalho envolve atividades que vão além daquilo que é exigido no currículo, pois precisamos ensaiar e produzir espetáculos”, explica Abner Pires, estudante do 2º período do curso de Música da Ufam.

“Há pessoas que encaram a Orquestra como uma escola, mas existem diferenças entre esses dois contextos. Não importa o local de onde o aluno veio, mas sim que ele tenha talento”, opina a estudante do 4º período de História da Ufam, Bárbara Rebouças, que integra o coral.

Nas redes sociais, os bolsistas iniciaram uma mobilização para dar conhecimento do caso à sociedade e tentar inverter a situação. Uma publicação na página “Orquestra Vozes da Ufam” sobre o fato vem ganhando apoio da população, inclusive de ex-integrantes do projeto. A postagem conta com mais de 800 compartilhamentos.

A Orquestra de Vozes da Ufam, como é mais conhecida, surgiu em 2008, sob coordenação do professor Adelson Santos. Desde então, a mistura de música erudita e ritmos populares, com referências à cultura amazônica, rendeu boa repercussão junto ao público local e turnês para outros estados do Brasil.

Devido a discordâncias sobre a gestão do projeto, Adelson, contam os estudantes, solicitou desligamento da direção da Orquestra no final de 2015. Em nota, o diretor do Caua, esclareceu que, ao contrário do conteúdo divulgado nas redes sociais, a Orquestra Vozes da Ufam não foi extinta: apenas passa por uma reestruturação. “A orquestra não só permanecerá com o mesmo perfil, como ampliará sua área de atuação. A proposta, que conta com a parceria do Departamento de Artes da Ufam, através do curso de Música, é que a orquestra terá dois repertórios: um sinfônico e um popular”, diz trecho do documento.

A reportagem tentou contato com o professor Adelson Santos, mas não obteve êxito.

Nacional

O foco no ensino

Por **Thomaz Wood Jr.**

A educação universitária é foco permanente de debate no mundo todo. As universidades são esteios da civilização e bastiões do humanismo, além de constituírem motores do desenvolvimento científico e econômico.

Nos últimos anos, multiplicaram-se os rankings de universidades, criados por jornais, revistas, websites e instituições governamentais. O topo das listas costuma ser frequentado por instituições estadunidenses e inglesas, os suspeitos usuais: Harvard, Oxford, Stanford, Cambridge e MIT. Universidades de elite europeias, canadenses e japonesas seguem o pelotão de frente. Instituições sul-coreanas e chinesas estão em ascensão. As universidades paulistas USP e Unicamp frequentam alguns rankings, mas costumam ficar distantes do topo.

Nos últimos anos, o Reino Unido foi palco de iniciativas pioneiras e polêmicas de mudanças no ensino superior. Em 2014, foi implementado o Research Excellence Framework, método amplo para avaliar as atividades de pesquisa das universidades da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. A avaliação é relevante por determinar a alocação de verbas entre as universidades. Além disso, provê transparência para o investimento público feito em pesquisa e os resultados gerados.

Por meio da REF, foram avaliadas 154 universidades, inclusive quase 200 mil resultados de pesquisa, como artigos, e cerca de 7 mil estudos de casos de impacto, uma grande novidade. Tais casos registram como as pesquisas geram, ou podem gerar, benefícios para a sociedade.

A iniciativa não ficou livre de críticas, focadas principalmente nos estudos de caso. A primeira crítica refere-se ao estabelecimento do critério de impacto da pesquisa, externo à academia. Alguns cientistas o qualificaram como ameaça à liberdade acadêmica. A segunda crítica relaciona-se à dificuldade para estabelecer medidas justas e imparciais para identificar o impacto da pesquisa, considerando a diversidade dos campos avaliados.

O Reino Unido iniciou agora uma segunda onda de mudanças no ensino superior, dessa vez focada na qualidade do ensino. A nova iniciativa foi denominada Teaching Excellence Framework. O ponto de partida é a constatação de que muitos estudantes não recebem o ensino de qualidade que merecem. O objetivo é fazer as universidades responderem de maneira mais assertiva às demandas dos estudantes. Institui-



ções que obtivem bons resultados terão mais liberdade para ajustar suas anuidades.

Segundo um texto publicado no periódico britânico The Guardian, a ênfase no ensino foi recebida positivamente por muitas universidades. Como no caso da REF, o ponto crítico do novo sistema será provavelmente a questão da medição. Afinal, estabelecer critérios e indicadores para medir o ensino e a aprendizagem não é trivial.

A excelência em ensino é com frequência associada a professores carismáticos, que marcam de alguma forma a trajetória de seus estudantes. Tais professores tendem a ser bem avaliados por seus pupilos. Alguns desses professores têm inegáveis méritos e sabem unir substância e estilo. Outros, porém, abusam da pirotecnia e substituem o conteúdo pelo espetáculo.

O aprendizado depende de muitos outros fatores, além do carisma do professor: a orientação geral do curso, a organização das disciplinas, a definição dos conteúdos, a articulação desses conteúdos com a prática futura e os métodos de ensino e aprendizado adotados. Depende da criação também de uma verdadeira cultura do conhecimento, a unir estudantes, professores e gestores universitários em torno de ideais e projetos comuns. Caso o novo modelo se restrinja à avaliação dos alunos, poderá estimular comportamentos de faz de conta e prestar um desserviço à causa do aperfeiçoamento do ensino universitário.

Polêmica como a primeira onda, a segunda iniciativa tem potencial para provocar mudanças relevantes. Se atendido, o objetivo de conferir transparência aos resultados permitirá aos estudantes fazer melhores escolhas entre universidades e exercerá forte pressão sobre os departamentos e professores resistentes a atualizar suas práticas pedagógicas. Com seus possíveis acertos e erros, a experiência merece ser acompanhada.

Thomaz Wood Jr. é professor da Fundação Getúlio Vargas e colunista da Carta Capital.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 01/09/2015 A 30/09/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	103.976,21	104.473,91	100,00%
1.1	RECEITAS	103.976,21	104.473,91	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	100.521,90	100.975,90	96,65%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.449,21	3.482,81	3,33%
1.1.3	Receitas com Reprografia	5,10	15,20	0,01%
1.2	RESGATE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	780,85	-	0,00%
1.2.1	Resgate de Aplicação n/mês	780,85	-	0,00%
2	SAIDAS	82.830,77	97.032,66	100,00%
2.1	PESSOAL	14.157,72	14.140,53	14,57%
2.1.1	Salários	11.392,72	11.375,53	11,72%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.765,00	2,85%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	7.740,15	7.442,55	7,67%
2.2.1	Contribuição INSS	5.723,12	5.859,05	6,04%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.177,90	1.182,55	1,22%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	147,24	128,67	0,13%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	691,89	272,28	0,28%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.551,80	7.461,75	7,69%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.541,00	1.431,95	1,48%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	814,00	0,84%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.105,00	1.175,00	1,21%
2.3.4	Serviços Administrativos/Jornalista	3.830,80	3.830,80	3,95%
2.3.5	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	75,00	210,00	0,22%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	9.097,62	9.377,62	9,66%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	3,40%
2.4.2	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	4,12%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	3.300,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,23%
2.4.5	Serviços de Confeção de Faixas	-	280,00	0,29%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	1,62%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	20.151,88	22.643,09	23,34%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	14.672,56	16.685,44	17,20%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.371,00	1.870,00	1,93%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	1.173,80	1.167,90	1,20%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	2.934,52	2.919,75	3,01%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	3.809,00	5.166,89	5,32%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	3.316,89	3,42%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.950,00	1.200,00	1,24%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	1.859,00	650,00	0,67%
2.8	BENS DE CONSUMO	19.644,36	23.063,07	23,77%
2.8.1	Telefone	855,83	738,59	0,76%
2.8.2	Correios/Malotes	-	916,05	0,94%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	83,00	112,00	0,12%
2.8.4	Combustível	450,00	350,00	0,36%
2.8.5	Materiais de Expediente/Limpeza	377,03	2.265,75	2,34%
2.8.6	Cartório (Copias e Autenticações)	83,00	-	0,00%
2.8.7	Cartuchos e Toner de Tinta	298,00	334,00	0,34%
2.8.8	Materiais Hidraulicos	271,48	-	0,00%
2.8.9	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	-	353,86	0,36%
2.8.10	Despesas com Greve	16.596,82	17.863,62	18,41%
2.8.11	Despesas com Floricultura	500,00	-	0,00%
2.8.12	Assinatura Provedor/Internet	129,20	129,20	0,13%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.299,00	7.340,56	7,57%
2.7.1	Aquis.de 01 Ar Split VG 18.000 Btu's	1.299,00	-	0,00%
2.7.2	Aquis.de 01 Geladeira Eletrolux	-	1.210,56	1,25%
2.7.3	Aquis.de 01 Computador Completo	-	6.130,00	6,32%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	357,90	357,90	0,37%
2.9.1	Restituições n/mês	357,90	357,90	0,37%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	21,34	38,70	0,04%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	18,31	38,70	0,04%
2.10.2	TRF/IOF/IRRF S/Aplicações	3,03	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		339.349,81	361.276,10	
RECEITAS		104.757,06	104.473,91	
DESPESAS		(82.830,77)	(97.032,66)	
RESULTADO OPERACIONAL		361.276,10	368.717,35	
Banco do Brasil S/A C/C		10.965,11	18.712,26	
Aplicação Banco do Brasil		366.762,25	370.245,06	
CAIXA		20,46	46,10	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		377.747,82	389.003,42	

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E
DESPESAS DE 01/10/2015 A 30/10/2015

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	104.473,91	104.280,93	100,00%
1.1	RECEITAS	104.473,91	104.280,93	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	100.975,90	100.758,30	96,62%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	3.482,81	3.506,73	3,36%
1.1.3	Receitas com Reprografia	15,20	15,90	0,02%
2	SAIDAS	97.032,66	52.132,67	100,00%
2.1	PESSOAL	14.140,53	14.140,53	27,12%
2.1.1	Salários	11.375,53	11.375,53	21,82%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.765,00	2.765,00	5,30%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	7.442,55	-	0,00%
2.2.1	Contribuição INSS	5.859,05	-	0,00%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.182,55	-	0,00%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	128,67	-	0,00%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	272,28	-	0,00%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	7.461,75	6.387,80	12,25%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.431,95	1.682,00	3,23%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	814,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.175,00	875,00	1,68%
2.3.4	Serviços Administrativos/Jornalista	3.830,80	3.830,80	7,35%
2.3.5	Serviços de Confeção de Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	9.377,62	5.797,62	11,12%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Assessoria Jurídica - PJ	4.000,00	4.000,00	7,67%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	221,62	221,62	0,43%
2.4.4	Serviços de Confeção de Faixas	280,00	-	0,00%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.576,00	1.576,00	3,02%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	22.643,09	-	0,00%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	16.685,44	-	0,00%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	1.870,00	-	0,00%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	1.167,90	-	0,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	2.919,75	-	0,00%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	5.166,89	-	0,00%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	3.316,89	-	0,00%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.200,00	-	0,00%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	650,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	23.063,07	25.779,02	49,45%
2.8.1	Telefone	738,59	638,64	1,23%
2.8.2	Correios/Malotes	916,05	-	0,00%
2.8.3	Taxi, Fretes e Onibus	112,00	-	0,00%
2.8.4	Combustível	350,00	350,00	0,67%
2.8.5	Materiais de Expediente/Limpeza	2.265,75	225,00	0,43%
2.8.6	Cartuchos e Toner de Tinta	334,00	-	0,00%
2.8.7	Refeições e Lanches (Copa/Cozinha)	353,86	-	0,00%
2.8.8	Despesas com Greve	17.863,62	24.339,73	46,69%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet	129,20	225,65	0,43%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	7.340,56	-	0,00%
2.7.1	Aquis.de 01 Geladeira Eletrolux	1.210,56	-	0,00%
2.7.2	Aquis.de 01 Computador Completo	6.130,00	-	0,00%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	357,90	-	0,00%
2.9.1	Restituições n/mês	357,90	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	38,70	27,70	0,05%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	38,70	27,70	0,05%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		368.717,35	376.158,60	
RECEITAS		104.473,91	104.280,93	
DESPESAS		(97.032,66)	(52.132,67)	
RESULTADO OPERACIONAL		376.158,60	428.306,86	
Banco do Brasil S/A C/C		18.712,26	71.139,08	
Aplicação Banco do Brasil		370.245,06	373.854,24	
CAIXA		46,10	91,61	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		389.003,42	445.084,93	

TARDE CULTURAL

Professores federais expõem obras durante evento promovido pelo MEC

Foto: Divulgação

O Relógio Municipal de Manaus, a Ponte Rio Negro e o Museu Casa Eduardo Ribeiro, foram alguns dos pontos turísticos da cidade que serviram de inspiração para a exposição “Geografia e Arte”, que reúne pinturas do professor de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) Marcos Castro. As obras foram expostas durante tarde cultural promovida pelo Movimento Educar para a Cidadania (MEC), no dia 17 de fevereiro, na sede da ADUA.

Nas telas, o docente alia geografia e arte, com o intuito de provocar reflexão. “O quadro sobre o Relógio Municipal, por exemplo, é uma pintura sobre a época da cheia de 2012”, explicou.

Lançamento de livros

Durante a programação houve ainda o lançamento de dois livros. Um deles é “Teoria Crítica e Adorno: ideias em constelação”,



organizado pelos professores Renan Freitas Pinto, Davyd Spencer e Tenório Telles. A obra traz para o centro do debate elementos da Amazônia a partir da leitura das ideias do filósofo alemão Theodor Adorno, expoente da chamada Escola de Frankfurt. “A perspectiva de que a educação deve ser autônoma e política”, afirmou Freitas, estabelecen-

do conexão com o objetivo do evento. Um dos capítulos da obra é assinado pelo presidente da ADUA, José Alcimar de Oliveira. “Sem conhecimento, sem formação, não há possibilidade de intervenção inteligente na realidade. Quanto menos o povo tiver domínio dos conceitos, mais ele vai ser dependente da indústria cultural”, disse Oliveira. Editada pela Valer, a obra “Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica”, do professor Gláucio Campos Gomes de Matos, da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (Feff) também teve espaço no rol de lançamentos.

A tarde cultural teve ainda o Sarau de Poemas do professor Welton Oda, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e a exposição “50 Tons de Ensino”, em homenagem aos 50 anos da Faculdade de Medicina da Ufam, comemorado no ano passado.

Vale a pena ver

Título Original: Jimmy's Hall
Gênero: Drama/ Histórico
País de Origem: Inglaterra
Ano: 2015



Se fosse um texto, o filme inglês Jimmy's Hall, do mestre Kenneth Loach, de 79 anos, um dos últimos ativistas e guerrilheiros de esquerda do cinema, seria uma nota ao pé da página. Mas que nota de pé de página. Com uma qualidade, um estilo, uma vivacidade e, sobretudo, com uma paixão pela vida, que torna este pequeno filme – um minicrônica, ou anotação – mais uma pérola desse cineasta britânico.

Quando lançou Jimmy's, em Cannes, este ano, Loach chegou a anunciar que era hora de parar de trabalhar. Depois, ao que parece, mudou de ideia. Havia sofrido uma grande queda de uma escada e pensou em se despedir da vida artística narrando a trajetória fascinante do personagem secundário da luta pela independência da Irlanda, James Gralton, líder comunitário de filiação comunista, que viveu no Condado de Leitrim e enfrentou os latifundiários locais.

Foi o único cidadão irlandês deportado para os Estados Unidos pelo governo reacionário e ultracatólico de Eamon de Valera, em 1933. Jamais condenado, Gralton morreu em 1945, em Nova Iorque. Nunca mais obteve autorização para retornar à Irlanda.

O filme é baseado em uma peça de

Donald O'Kelly. A trilha musical, mais uma vez, é do colaborador habitual, George Fenton. Canções folclóricas irlandesas, jazz de raiz, música de street dance com o célebre sapateado irlandês, de swing e foxtrot. Uma beleza.

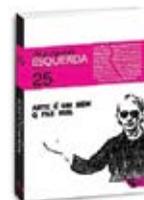
Jimmy's Hall não chega a alcançar a consistência de filmes mais fortes de Loach, como Terra e liberdade, À procura de Eric, Meu nome é Joe, Rota irlandesa, Ventos da liberdade, Pão e rosas ou O espírito de 45. Mas é uma história incommon sobre um personagem real, carismático (interpretado pelo cativante e belo ator irlandês Barry Ward), filme que deixa o espectador com uma sensação de alegria, de confiança no ser humano e de esperança no futuro apesar das injustiças e das arbitrariedades do poder, no presente.

Loach estimula o espectador a vir se juntar à celebração comunitária, ao salão de Jimmy, o Pearse Connolly Hall - nome de outro líder, então já morto, da guerra de independência da Irlanda. Nesse centro cultural, as pessoas se encontram, e sobretudo os jovens, dançam, estudam artes, desenho, literatura, ouvem música e dizem poesia, aprendem artesanato e discutem ideias políticas libertárias. Discute-se salários mais justos e como lutar para proteger famílias despejadas de suas moradias.

Léa Maria Aarão Reis é jornalista. Leia o texto na íntegra no site Carta Maior (<http://cartamaior.com.br>)

Vale a pena ler

Obra: Revista Margem Esquerda nº 25 (Dossiê: a universidade em crise - dilemas, desafios e perspectivas)
Editora: Boitempo Editorial
Organizador: Marco Aurélio
Valor: R\$28,00



Com recursos cada vez mais escassos, universidades e instituições de pesquisa são a nova face da crise no Brasil. A busca desenfreada por resultados reflete a lógica neoliberal, colocando em risco o ensino público superior na pátria autointitulada “educadora”. Para lançar luzes sobre as adversidades que vêm impactando a academia, aqui e no mundo, o sociólogo Marco Aurélio Santana organizou o Dossiê deste número de Margem Esquerda. São quatro artigos que indicam perspectivas no desdobramento dessa intrincada questão. Roberto Leher, reitor da UFRJ, articula as relações entre a crise da universidade e a crise do capital. Para ele, a iminente falência das instituições de ensino superior provém das transformações do capitalismo, cuja mercantilização estrangula as universidades públicas. O sociólogo britânico Michael Burawoy analisa as crises que rondam as universidades do globo, em meio ao processo de introdução da mercantilização na produção e na circulação de conhecimento. Já os professores Ruy Braga e Alvaro Bianchi, da USP e da Unicamp, respectivamente, discutem a articulação entre a precarização e a privatização resultantes do desenvolvimento da mercantilização da universidade pública brasileira, enquanto o organizador do Dossiê é a socióloga Maria da Graça Druck

abordam a crise das universidades federais através do processo de terceirização de suas atividades-meio e da degradação do trabalho daí decorrente.

E se o assunto é crise, não poderia faltar à Margem Esquerda um olhar sobre a política atual. O filósofo do direito Alysson Leandro Mascaro empreende arguta análise política num ensaio que trata de um ponto crucial no momento, o direito.

Sobre democracia também se debruça outro filósofo do direito, Mozart Silvano Pereira, ao tratar da teoria jurídico-política de Jürgen Habermas. Já o texto do sociólogo João Alexandre Peschanski aborda apontamentos de Marx em relação às instituições do socialismo. Anotações esparsas do Manifesto Comunista e de Crítica do Programa de Gotha são sistematizadas e problematizadas para contribuir com uma teoria do pós-capitalismo, em diálogo com correntes marxistas pouco conhecidas no Brasil.

É o marxista universal György Lukács quem assina o texto publicado na seção Clássico. Trata-se da Introdução a Jovem Hegel. Escrito em 1938 e só publicado dez anos depois, o livro foi a primeira inflexão lukacsiana rumo a uma postura teórica ontológica e afirmativa da centralidade do trabalho e marca o distanciamento do autor em relação a sua produção intelectual dos anos 1920, em especial História e consciência de classe.

Ivana Jinkings é editora do Boitempo, de São Paulo, e a revista Margem Esquerda. Leia o texto na íntegra no site do Boitempo Editorial (<http://www.boitempeditorial.com.br>)

COLUNA FALA JURÍDICO

Após contar com o apoio de consultores jurídicos ao longo de várias gestões anteriores, há um ano a ADUA dispõe dos serviços do escritório jurídico Gomes e Bicharra Advogados Associados, especializado na defesa do direito de servidores públicos, e cuja orientação direta ocorre em plantões todas as quintas-feiras, das 15h às 18h, na sede da ADUA. Neste espaço, a ADUA, através da Assessoria Jurídica, informa sobre os direitos dos docentes e as ações coletivas ajuizadas em prol da defesa da categoria.

• DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE A TÍTULO DE PSS (previdência) SOBRE O ABONO (1/3) DE FÉRIAS:

Desde abril 2012 a Administração Pública não desconta mais PSS sobre um terço de férias, no entanto, as parcelas que ainda não estão prescritas, podem ser objeto de pedido de devolução na via judicial. Essa possibilidade de requerer a devolução está fundamentada em várias decisões favoráveis do STF e STJ, que entenderam que o 1/3 de férias detém natureza indenizatória e por não incorporar aos proventos, não poderia ter havido a incidência do PSS. A demanda será coletiva, o que evitará que mais parcelas fiquem prescritas, pois demandaria tempo convocar todos os sindicalizados e coletar a documentação necessária. O processo foi protocolado sob o número sob o nº **1331-93.2016.4.01.3200**, e distribuído para a 1ª. Vara Federal. Para consulta, acesse a página www.trf1.jus.br e clique no topo da página, na seção na SJAM.

• DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE O AUXÍLIO-CRACHE:

Constituindo-se como reembolso, o auxílio-creche ou auxílio pré-escolar caracteriza-se pela verba paga ao empregado para possibilitar o cuidado de seus dependentes de 0 a 5 anos de idade, durante sua jornada de trabalho. O benefício é prestado em substituição à disponibilização direta de berçário, maternal, jardim de infância e pré-escola, adquirindo caráter indenizatório. O Judiciário vem entendendo que é cabível a não incidência do Imposto de Renda (IRPF) sobre o auxílio-creche, bem como

a restituição das parcelas descontadas em razão da tributação. Nesse sentido, a ADUA protocolou ação coletiva de nº **1912-11.2016.4.01.3200**, que tramita na 1ª. Vara Federal.

• REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO: DIFERENÇAS DECORRENTES DO MAIOR ÍNDICE CONCEDIDO EM 2003 (13,23%/VPI):

Os servidores públicos possuem direito a um reajuste geral anual. Dito reajuste deve ser igual para todos e é oriundo de iniciativa do Presidente da República. No entanto, em 2003 houve um reajuste geral de remuneração de 1% e foi concedida uma vantagem denominada Vantagem Pecuniária Individual, em montante fixo, de R\$ 59,87. Esse pagamento da VPI, da forma como foi feito, configura uma tentativa de burlar a regra que determina a concessão de reajustes gerais anuais em igualdade de índices. Após o julgamento do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, no dia 19/03/2015, reacendeu a esperança para os servidores públicos quanto à concessão da diferença de reajuste de 13,23%, resultante da aplicação da Lei 10.698/2003. A Corte Especial do TRF1, por maioria de votos, declarou a inconstitucionalidade parcial da parte final do artigo 1º da Lei 10.698/2003, quando fixa em valor único (R\$59,97) e não em percentual único, a Vantagem Pecuniária Individual (VPI). Com esse acolhimento, podemos esperar que todos os processos que estão no TRF1 dependendo de julgamento, mantenham ou reformem as decisões de primeiro grau para conceder aos servidores o direito à diferença do percentual de 13,23%. Além dos Tribunais Federais estarem proferindo decisões favoráveis a esse pleito, o STJ também tem recepcionado favoravelmente as demandas, concedendo ao servidor o direito ao reajuste na proporção de 13,23%. A ADUA também pleiteou esse direito através do processo de nº **1330-11.2016.4.01.3200** (3ª. Vara Federal).

Obs: Esses processos ajuizados pela ADUA são coletivos e estarão representando judicialmente apenas os docentes sindicalizados até o dia 25/01/2016.

Comentários



Romy Cabral

Com a política atual, não poderia ser diferente.

Mas, esperemos... (sobre a aprovação do PDI da Ufam, que expõe interesses mercantilistas na política de gestão da Ufam)



Roberta Grana

Cadê as questões de acessibilidade?!

Nem foram citadas!! (sobre o novo

Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufam)



Socorro Pereira

Estudantes baianos também clamam

por melhorias na área do curso ! Já

passamos por turbulências iguais... (sobre protesto realizado por graduandos de Medicina da Universidade do Estado da Bahia por melhorias na infraestrutura do curso e pela contratação de novos professores).



Katia Vallina O

Andes-SN segue firme em defesa

da Universidade pública, gratuita

e de qualidade. # EducacaoNaoéMercadoria (sobre os 35 anos do ANDES-SN)



Jivaldo Silva

ADUA VELHA DE LUTA. EXEMPLO

DE LUTA E DEMOCRACIA

SINDICAL. (sobre os 35 anos do ANDES-SN)